

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bancada petista do Nordeste vão à Justiça contra venda da Gaspetro	2
Título: Recursos da EDP vão contemplar 40 mil pessoas.....	3
Título: Balanço da Petrobras no 1º tri deve trazer redução da receita	4
Título: Estatal eleva preço da gasolina.....	6
Título: Consumidor livre tem vantagem em litígio.....	7
Título: Autoridades encerram monitoria na Braskem	8
Título: Lucro da Ultrapar cai no 1º trimestre	10
Título: Atvos pede liminar para deter Lone Star	11
Título: Ações de usinas têm recuperação na bolsa	12
Título: Usinas não conseguem financiar início de safra e falam em custos inviáveis	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Fundo da Noruega exclui Vale e Eletrobrás da carteira.....	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Exames entregues por Bolsonaro dão resultado negativo para coronavírus	17
VEÍCULO: O Globo	19
Título: Com crise política ainda no radar, dólar renova recorde: R\$ 5,90	19
Título: Fator Bolsonaro.....	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/05/2020****Seção: Política****Autor: André Ramalho e Marina Falcão — Do Rio e do Recife****Título: Bancada petista do Nordeste vão à Justiça contra venda da Gaspetro**

Parlamentares do PT no Nordeste vão tentar impedir, na Justiça, o avanço da venda da Gaspetro, empresa controlada pela Petrobras que reúne participações societárias em 19 distribuidoras de gás canalizado no país. Sócios da petroleira nessas concessionárias, os governos locais se queixam da falta de diálogo da estatal com as partes diretamente interessadas e cobram uma saída conjunta para a venda da empresa de gás.

Entre as lideranças políticas, há tanto aquelas contrárias à privatização da Gaspetro quanto as que avaliam vender as concessionárias estaduais e temem que o desinvestimento da Petrobras desvalorize as ações dos Estados nas concessionárias, numa alienação futura.

Os senadores Humberto Costa (PT-PE) e Jacques Wagner (PT-BA) e os deputados federais Joseildo Ramos (PT-BA) e Jorge Solla (PT-BA), ao lado do gaúcho Bohn Gass (PT-RS), ingressaram com uma ação civil pública na Justiça de Pernambuco pedindo a suspensão da venda da Gaspetro por pelo menos seis meses. Eles alegam que é temerário avançar com as negociações no momento atual, em meio à pandemia da covid-19 e ao choque dos preços do petróleo. A Petrobras deu prazo até sexta-feira para que os interessados se habilitem para avançar com as propostas.

“Temos uma posição contrária à venda da Gaspetro, mas, se eles [Petrobras] vão fazer a alienação, que não escolham o pior momento possível”, afirma Humberto Costa, um dos autores da ação.

Para o secretário da Fazenda de Alagoas, George Santoro, a Petrobras e os governos estaduais deveriam buscar uma venda conjunta das ações de ambas as partes. “A venda da Gaspetro, dependendo do resultado, pode fazer com que nossas empresas percam valor”.

Segundo o **Valor** apurou, os governadores do Nordeste entendem que têm direito de preferência na compra da fatia da Gaspetro nas estatais e há interesse em exercer essa opção em alguns Estados.

Em março, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Nordeste encaminhou à Petrobras um ofício manifestando a preocupação com a venda da

Gaspetro. O grupo pediu, na ocasião, que a estatal compartilhasse os estudos eventualmente realizados sob os aspectos jurídicos, societários e mercadológicos da operação.

A petroleira respondeu que a venda da Gaspetro não implicaria na mudança da governança das distribuidoras, nem qualquer restrição no exercício dos direitos e deveres dos Estados sobre as respectivas companhias, sem risco de ruptura nos acordos de acionistas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Recursos da EDP vão contemplar 40 mil pessoas

Grupo vai destinar R\$ 1 milhão para 12 programas de saúde e empreendedorismo

O grupo EDP vai destinar R\$ 1 milhão para 12 projetos de saúde e empreendedorismo social para mitigação de efeitos da pandemia de covid-19. As iniciativas fazem parte da segunda etapa do edital “EDP Solidária - Covid-19”, que beneficiará cerca de 20 mil pessoas. No total, o edital doou cerca de R\$ 2,5 milhões a projetos de enfrentamento da pandemia em comunidades carentes e indígenas, favorecendo 40 mil pessoas.

De acordo com a companhia, os novos projetos vão utilizar os recursos para diversas finalidades, como fornecimento de água, promoção da higiene pessoal, aquisição de equipamentos de proteção individual, recuperação e manutenção de respiradores e descontaminação de insumos hospitalares, além de geração de renda.

Entre as iniciativas contempladas estão o projeto Banho pra Geral, que leva higiene básica a pessoas sem-teto em São Paulo. Voluntários rebocam uma carreta com dois banheiros individuais com chuveiros de água quente e uma pia externa para escovar os dentes. Os beneficiários recebem kits de higiene e são oferecidos também corte de cabelo e barba.

A inovação é foco do projeto Ultracif, da Bright Photomedicine, para realizar a descontaminação de EPIs para garantir a saúde e segurança de profissionais de saúde, em caso de uma falta grave desses equipamentos em São Paulo. O processo é feito com o uso de irradiação ultravioleta germicida (IUVG) e não há nada no mercado com capacidade similar, segundo a EDP.

Em outra frente, a EDP Renováveis, braço de geração de energia renováveis do grupo EDP, doou R\$ 450 mil para ações de enfrentamento à covid-19. Do total de recursos, R\$ 350 mil foram destinados para a compra de EPIs e produtos de higiene voltados para os sistemas públicos de saúde de municípios do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Outros R\$ 100 mil foram doados para a compra de equipamentos médicos para a Santa Casa de Misericórdia do município de Pereira Barreto, no interior de São Paulo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Balanço da Petrobras no 1º tri deve trazer redução da receita

A Petrobras deve reportar hoje, após o fechamento do mercado, uma queda nas receitas do primeiro trimestre. A expectativa é que o balanço venha parcialmente contaminado pelos impactos da pandemia da covid-19. Mesmo com a queda da demanda por petróleo na China, seu principal parceiro comercial, e por derivados no mercado interno, a companhia conseguiu aumentar a sua produção e as exportações, na comparação com igual período do ano passado. O choque dos preços do petróleo no mercado internacional, contudo, deve pressionar os resultados da estatal para baixo.

O resultado financeiro é uma grande incógnita. Analistas de bancos apostam que a estatal fechará o trimestre no azul, mas as projeções não levam em consideração os efeitos não recorrentes. Diante da desvalorização abrupta da commodity existe a possibilidade de que os resultados venham acompanhados de impairments (redução ao valor recuperável dos ativos). No primeiro trimestre de 2019, o lucro líquido da empresa foi de R\$ 4 bilhões.

Itau BBA destaca que a contração de 19% no valor do barril no período levará à uma redução de 10% na receita líquida

“Acreditamos que a empresa, como já mencionado por sua administração, testará os ativos em relação à perda de valor, o que pode impactar negativamente os resultados da empresa”, cita o banco UBS.

O banco de investimentos destacou que o resultado mais fraco no primeiro trimestre será apenas uma prévia de um segundo trimestre “bastante desafiador”, diante da deterioração da demanda global por petróleo e da

acentuação da desvalorização dos preços da commodity. O UBS estima uma queda de 9,9% nas receitas, em dólar. Em real, por sua vez, a queda esperada é da ordem de 1,5%, ante os R\$ 79,999 bilhões do primeiro trimestre de 2019..

Já o Itau BBA destaca que a contração de 19% dos preços do barril do petróleo, de US\$ 63 no primeiro trimestre de 2019, para US\$ 51 na média dos três primeiros meses de 2020, deve reduzir em 10% as receitas líquidas da companhia, para R\$ 71,9 bilhões, apesar da desvalorização cambial. O balanço deve refletir também a queda das vendas de derivados pelas refinarias da estatal. O Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é estimado, por sua vez, em R\$ 29,3 bilhões, alta de 5%.

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Inep) comenta que, apesar da crise do setor, os números da Petrobras para o primeiro trimestre devem ser positivos. Isso porque a pandemia da covid-19, que provocou forte redução na demanda global, chegou de maneira mais intensa ao mercado doméstico apenas na segunda quinzena de março, ou seja, ao final do período de análise do instituto.

O Inep estima que a empresa fechou o primeiro trimestre com lucro líquido de R\$ 4,6 bilhões, caso não sejam incluídos no balanço efeitos não recorrentes como impairments. A expectativa do instituto é que o Ebitda avance 6,7%, para R\$ 29,3 bilhões. As receitas, porém, devem ficar em R\$ 74,8 bilhões, o que representa uma retração de 6,5%.

Entre os efeitos não recorrentes, a notícia positiva virá do acordo para encerrar o litígio arbitral proposto por um investidor da Sete Brasil, para obter ressarcimento pela Petrobras de alegados danos materiais relacionados ao investimento no projeto. A estatal informou que reverterá, no primeiro trimestre, a provisão de R\$ 634 milhões referente aos litígios.

Operacionalmente, a Petrobras conseguiu aumentar as suas exportações de petróleo e derivados no primeiro trimestre. Os embarques totalizaram, na média, 1,031 milhão de barris diários entre janeiro e março, o que representa um salto de 56,2% frente a igual período do ano passado. A produção de óleo e gás, por sua vez, totalizou 2,909 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) - alta de 14,6% em relação aos três primeiros meses de 2019 e uma queda de 3,8%, ante o quarto trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/05/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Estatal eleva preço da gasolina**

A Petrobras aumentará em 10% os preços da gasolina, nas refinarias, a partir de hoje. Não haverá mudanças para o diesel. O reajuste, o segundo em uma semana, ocorre em meio a pressões públicas do presidente da República sobre o aumento dos preços da estatal. Na semana passada, após a petroleira aumentar em 12% a gasolina, Jair Bolsonaro classificou a alta como uma “manobra” da estatal e disse que questionaria a companhia sobre o aumento.

A reação do presidente ocorre após meses seguidos de queda nos preços praticados pela empresa. Ao todo, a Petrobras já reduziu em 46,5% o valor do litro da gasolina, nas refinarias, no acumulado do ano. Para efeitos de comparação, a desvalorização do petróleo em 2020 é de 55% - vale lembrar, contudo, que os reajustes da empresa levam em consideração também o câmbio e eventuais estratégias de captura participação de mercado.

Este mês, contudo, houve uma reversão no movimento da Petrobras e a alta acumulada da gasolina nas refinarias já é de 23,2% na primeira quinzena, em meio a uma valorização da commodity no mercado internacional nas últimas semanas. O barril do tipo Brent, referência global e que terminou abril cotado a US\$ 25, subiu para a casa dos US\$ 29.

Segundo a Abicom, associação que representa os importadores, os principais concorrentes da estatal no abastecimento ao mercado doméstico, havia espaço para um reajuste ainda maior por parte da petroleira estatal.

A alta da gasolina anunciada pela companhia para hoje é de R\$ 0,1024 o litro. A Abicom estima que, mesmo com o reajuste, a Petrobras continua vendendo seus produtos abaixo da paridade internacional. No caso da gasolina, a defasagem é de R\$ 0,15 o litro, após o aumento anunciado para esta quinta-feira. Para o diesel, essa defasagem está na faixa dos R\$ 0,25 o litro.

A Abicom considera, em suas contas, as despesas para internalização do produto até o porto e acrescenta a esses valores os custos com taxas portuárias, armazenagem e frete até o ponto de entrega. Já a Petrobras alega que o preço de paridade internacional “não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes” e varia de agente para agente.

Na semana passada, a declaração do presidente da República colocou o comando da estatal contra a parede e voltou a levantar dúvidas sobre o grau de

autonomia da petroleira. O banco UBS publicou um relatório sobre o assunto, destacando que a Petrobras tem sido bem sucedida na aplicação de sua política de preços dos combustíveis no mercado doméstico em paridade com os preços internacionais, mas que comentários do governo sobre os movimentos de preços podem aumentar a percepção de riscos dos investidores.

“Apesar de destacar que ele [Bolsonaro] não estava intervindo na política de preços da empresa, acreditamos que quaisquer comentários de governo sobre os movimentos de preços da Petrobras poderiam aumentar a percepção de risco dos investidores no caso”, escreveram os analistas Luiz Carvalho e Gabriel Barra.

O UBS observa que, além de pressionar para baixo das margens de refino, o não repasse do aumento dos preços internacionais pode ter um efeito negativo sobre a percepção de risco dos investidores potencialmente interessados nas refinarias à venda pela petroleira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Consumidor livre tem vantagem em litígio

Consumidores livres de energia estão com placar favorável na Justiça, em relação a pedidos de liminar para decretar força maior em contratos com fornecedores. Mas já começam a surgir casos em que o pedido é negado e o processo é encaminhado para decisão em câmara de arbitragem, com conhecimento técnico sobre o assunto.

Levantamento feito pelo escritório Baraldi Mariani indica que, em cerca de 80% dos processos movidos na Justiça de São Paulo, onde está a maior parte dos casos, os consumidores livres conseguem liminar para rever termos dos contratos. Em geral, o discurso tem sido favorável ao consumidor, devido à queda abrupta de receita que ele sofreu por causa das medidas de isolamento social e da crise.

De forma geral, na prática, os consumidores, a maior parte shopping centers, solicitam liminar para evitar a cobrança do valor mínimo contratual firmado com o fornecedor e, com isso, pagar apenas pelo volume consumido.

“Em sua maioria, as decisões liminares dos juízes estatais são favoráveis aos consumidores, porém alguns juízes têm se debruçado de forma mais profunda, indeferindo o pedido de liminar do consumidor. E, na maioria dos casos, o mérito final vai ser decidido pelo árbitro, e não pelo juiz que analisou a liminar”,

disse Rômulo Mariani, advogado especializado em energia do escritório Baraldi Mariani.

O número de casos na Justiça, porém, é pequeno. A maioria dos agentes tem optado por negociar bilateralmente. Isso porque o caminho normal do litígio desse tipo de contrato será uma câmara arbitral, que leva em consideração aspectos técnicos do mercado. Além disso, uma vez judicializado, o processo tende a se alongar e superar o período do isolamento social e do momento mais agudo da crise.

Segundo Victor Gomes, economista e advogado do escritório Reis Gomes, clientes como shopping centers respondem por uma parte relativamente pequena do portfólio de venda das grandes comercializadoras. Dessa forma, essas empresas têm alguma margem para negociar e flexibilizar os contratos para chegar a um acordo que seja razoável para as duas partes. "Isso é melhor do que levar o tema para a incerteza de uma arbitragem".

Para Livia Amorim, especialista em energia do Souto Correa Advogados, é fundamental analisar os termos individuais de cada contrato. "A afirmação genérica de que os contratos do ACL [ambiente de contratação livre] são contratos financeiros, apesar de correta na maioria dos casos, ela é insuficiente para concluir se incide ou não a força maior neste caso. É fundamental analisar os termos concretos do contrato em si e verificar se este contrato, teoricamente financeiro, foi aproximado de um contrato físico, trazendo para dentro dele tanto riscos de oferta quanto de demanda."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Autoridades encerram monitoria na Braskem

A Braskem acaba de cumprir o último compromisso estrutural relacionado à Operação Lava-Jato. Depois de o Ministério Público Federal (MPF) colocar fim à monitoria externa na petroquímica, no início de março, iniciativa similar foi tomada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) e pela Securities and Exchange Commission (SEC), que regula o mercado de capitais americano, encerrando um capítulo que durou três anos.

Com a decisão das autoridades americanas de terminar o monitoramento externo, a Braskem tornou-se a primeira companhia brasileira a obter a certificação após casos de corrupção nos Estados Unidos. Outras empresas

nacionais, incluindo a Odebrecht, controladora da petroquímica, ainda estão sob monitoria externa internacional.

“Temos um compromisso formal com as autoridades não só de performar bem, mas de influenciar todos os nossos parceiros em relação a padrões de conformidade”, disse ao **Valor** o presidente executivo da Braskem, Roberto Simões. A empresa anunciou ontem, em fato relevante, o fim do monitoramento.

A monitoria externa foi instituída na petroquímica em 2017, como parte dos acordos de leniência firmados um ano antes no âmbito da Lava-Jato, com previsão de prazo de três anos e possibilidade de prorrogação. Diante da constatação de que a Braskem evoluiu em seu sistema de conformidade, o acompanhando do dia a dia da empresa pelos monitores foi dispensado.

O relatório final recomendando a certificação da petroquímica, de acordo com o diretor de Conformidade da Braskem, Everson Bassinello, foi emitido pelos monitores em janeiro e encaminhado ao MPF. DoJ e SEC exigiram mais dois relatórios, assinados pela diretoria da companhia e pelo conselho de administração, para então declarar o monitoramento encerrado.

Durante a monitoria, a Braskem criou uma área específica de Conformidade, estabeleceu novas políticas e procedimentos e adotou controles anticorrupção, entre outras iniciativas, para coibir práticas irregulares. Essas ferramentas foram testadas e avaliadas pelos monitores. “Adotamos tolerância zero com desvio de conduta”, afirmou Simões.

Na prática, os monitores independentes atestaram o cumprimento das obrigações assumidas no acordo de leniência e a adoção de outras iniciativas por eles recomendadas. Conforme o presidente da Braskem, embora a Operação Lava-Jato seja hoje página virada, a companhia continua colaborando com as autoridades quando solicitada.

Além disso, a relação com fornecedores, clientes, parceiros comerciais e associações que integra segue sujeita aos novos padrões de conformidade - antes de firmar contratos, por exemplo, a companhia tem de realizar uma espécie de due diligence na outra parte. “Temos de ser um agente catalisador para todo o setor”, comentou Simões.

Ontem, as ações da Braskem encerraram o dia entre as maiores altas do Ibovespa, com ganho de 5,9%, para R\$ 21,67, na esteira da recomendação de

compra feita pelo UBS. O banco, que antes recomendava venda do papel, manteve preço-alvo de R\$ 28 por ação em 12 meses, na esteira da desvalorização de 37% dos papéis em 90 dias, da forte queda dos preços da nafta petroquímica e da desvalorização cambial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Lucro da Ultrapar cai no 1º trimestre

Com exceção da distribuidora de combustíveis Ipiranga, seu maior negócio, a Ultrapar viu as demais operações que compõem o grupo - Oxiten, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma - registrarem resultado melhor no primeiro trimestre. Apesar da melhora do desempenho consolidado, encerrou o período com lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 160,9 milhões, queda de 31% na comparação anual, influenciada pelo resultado financeiro negativo de R\$ 168 milhões.

De janeiro a março, a receita líquida do Ultra alcançou R\$ 21,4 bilhões, 3% acima do apurado há um ano, apesar do impacto inicial da covid-19 nas vendas em volume da Ipiranga. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado somou R\$ 880 milhões, avanço de 12%.

Conforme a Ultrapar, a distribuidora de combustíveis foi a mais atingida pelos efeitos imediatos da pandemia, com queda abrupta no volume vendido a partir da segunda quinzena de março, e a volatilidade dos preços do petróleo levou a perdas de estoque. O Ebitda da empresa caiu 20%, para R\$ 480 milhões, e a margem Ebitda ajustado recuou a R\$ 87 por metro cúbico, de R\$ 107 um ano antes. De janeiro a março, o volume vendido de combustíveis recuou 2%, a 5,49 milhões de metros cúbicos, com destaque para a baixa de 5% no ciclo Otto. No diesel, houve alta de 2%.

Já a Oxiten, fabricante de especialidades químicas da Ultrapar, foi beneficiada pela desvalorização cambial de 18% e pela melhora de margens, e registrou Ebitda de R\$ 193 milhões, quase cinco vezes mais que os R\$ 40 milhões apurados um ano antes.

Na Ultragaz, o Ebitda trimestral subiu 34% na comparação anual, para R\$ 147 milhões, diante do maior volume de vendas, com ganho de participação de mercado tanto no segmento envasado quanto no granel. Já a Ultracargo teve Ebitda de R\$ 91 milhões, 52% acima do registrado no primeiro trimestre de

2019, diante da expansão de capacidade de armazenagem e reajustes contratuais.

A Extrafarma voltou a gerar resultado operacional positivo, de R\$ 9 milhões no trimestre, comparável a R\$ 1 milhão positivo um ano antes e R\$ 603 milhões negativos no quarto trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Atvos pede liminar para deter Lone Star

A disputa entre Odebrecht e o fundo americano Lone Star pelo controle da Atvos, braço sucroalcooleiro do grupo brasileiro, recrudesceu ontem, menos de uma semana antes da nova data marcada para a votação do plano de recuperação da companhia, cada vez mais incerta.

A Atvos Investimentos, controlada pela Odebrecht e dona da Atvos Agroindustrial, entrou ontem na 1ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo com um pedido de tutela cautelar antecedente, de caráter liminar, para impedir que o Lone Star assuma o controle da companhia.

A Atvos Investimentos quer que a tutela de urgência tenha efeito até a formação do tribunal arbitral na Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCB) ou até o julgamento da própria ação, em até 30 dias. O receio da Odebrecht é que não haja tempo suficiente para evitar a transferência das ações da Atvos antes da assembleia de credores, que será na próxima terça-feira, o que aumentaria as incertezas sobre qual será o plano de recuperação da companhia. A petição será avaliada pela juíza Paula da Rocha e Silva Formoso.

A Odebrecht entrou no último dia 5 com pedido de arbitragem na câmara contra o banco Natixis, que representa credores do grupo que tinham o controle da Atvos em garantia e que o vendeu para o Lone Star. Ontem, a Atvos pediu a notificação para que o fundo também integre a arbitragem.

A compra do controle pelo Lone Star foi fechada por US\$ 5 milhões. Embora o valor também seja questionado pela Atvos, a companhia ofereceu um caução também de US\$ 5 milhões para “assegurar a totalidade do investimento” do fundo. A empresa afirma que a oferta tem “o intuito de demonstrar o firme propósito de defender os seus direitos e de provar a forma abrupta e desnecessária como o credor fiduciário procedeu à venda das ações”.

Ontem, antes de a companhia entrar com a petição, o Lone Star informou que pretende exercer o controle adquirido para garantir um plano de recuperação “que resolva os problemas da Atvos”. O fundo afirmou que, junto com a gestora Castllake, com quem atua na recuperação judicial da Atvos, está disposta a converter todos os seus créditos em participação societária e a investir um “expressivo capital adicional” nas operações da sucroalcooleira. Mas Lone Star e Castllake “não estão dispostas a aceitar” os termos atuais do plano

Ambos têm US\$ 250 milhões em créditos com a Atvos, o que representa menos de 10% da dívida financeira da empresa e não lhes garante poder de veto sobre o plano atual.

A pressa da Atvos em aprovar o plano que está sobre a mesa também é justificada pelo aperto de sua situação financeira, agravada pela crise do coronavírus, mas também por uma preocupação com a posição do BNDES. O presidente do conselho do banco, Marcelo Serfaty, foi sócio-fundador da área de venture capital da G5 Partners, assessora financeira do Lone Star.

Ontem, o líder do PDT no Senado, Weverton Rocha, enviou uma carta ao presidente do BNDES, Gustavo Montezano, pedindo informações sobre as sociedades em que Serfaty está envolvido e sobre seu patrimônio, para avaliar se há conflito de interesses. O parlamentar pediu também que o banco de fomento apresente dados, documentos e comunicações institucionais relativas à Atvos. Procurado, o BNDES confirmou que recebeu o ofício do senador e que “prestará todos os esclarecimentos solicitados, em observância aos princípios da transparência e da legalidade”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Ações de usinas têm recuperação na bolsa

Embora as usinas sucroalcooleiras tenham sido golpeadas por um duplo choque no Brasil, com o derretimento da demanda por etanol e o colapso das cotações do petróleo, as ações das empresas que atuam no segmento e estão listadas na B3 se distanciaram dos baixos patamares observados quando a crise eclodiu no país, há mais de um mês.

Desde que atingiram as mínimas no ano, as ações da Cosan, dona da Raízen, maior produtora sucroalcooleira do país, junto com a Shell, subiram 28%,

enquanto as do grupo São Martinho avançaram 55%. Nesse período, as duas companhias recuperaram, juntas, R\$ 7,8 bilhões em valor de mercado.

Esse movimento recente, porém, apenas minimizou as perdas que vinha sendo registradas desde o início do ano, quando o cenário para o mercado de açúcar e etanol era bem mais alvissareiro. No acumulado de 2020, a Cosan ainda registra R\$ 4,8 bilhões em perda de valor de mercado, enquanto o valor de mercado da São Martinho está R\$ 1,6 bilhão abaixo do nível do início do ano.

As ações da Biosev, por sua vez, que têm menor liquidez, oscilam mais e, ontem, fecharam no menor valor do ano, a R\$ 2,56.

Na visão de analistas, o movimento recente espelha, em grande medida, a capacidade que essas empresas têm em explorar o mercado externo de açúcar com o dólar favorável, para contornar os prejuízos que devem vir na área de etanol. Mas as perspectivas de que essa recuperação continue pelos próximos dias são mais incertas.

As ações começaram a cair no início de março, acompanhando o efeito manada de vendas na bolsa ante o avanço dos casos da covid-19 no mundo e sua chegada no Brasil. As quedas foram intensificadas pela detonação da guerra de preços de petróleo entre Arábia Saudita e Rússia, que derrubou a commodity do patamar dos US\$ 50 o barril para menos de US\$ 30.

Em 18 de março, quando o novo coronavírus havia tirado a vida de quatro brasileiros - segundo os dados oficiais - e a bolsa enfrentava seu sexto “circuit breaker” do ano, as ações da Cosan chegaram no menor patamar registrado em 2020 até agora (R\$ 46), enquanto as da São Martinho também recuaram às mínimas do ano, para R\$ 12,30. Foi naquela semana que surgiram decisões locais de isolamento social, dando início à redução do fluxo de veículos nos principais centros.

Ontem, as ações da Cosan alcançaram R\$ 59,03 e as da São Martinho, R\$ 19,11. A recuperação teve início com movimentos de compras de oportunidade na bolsa. No início de abril, a trajetória de recuperação encontrou mais suporte no petróleo, que parou de cair quando os Estados Unidos decidiram participar das negociações com a Opep+ para definir os termos da redução da produção. Embora o petróleo estivesse em níveis historicamente baixos, a percepção de que a queda havia encontrado um piso trouxe algum alívio aos investidores.

A recuperação ganhou mais corpo depois, com a estirada do dólar ante o real, tornando as exportações de açúcar mais rentáveis. O movimento cambial deve ser particularmente aproveitado pela Raízen Energia, cujas usinas têm maior perfil açucareiro que a média do Centro-Sul e atua no trading global da commodity.

“Outro fator é que Raízen e São Martinho são empresas mais bem capitalizadas e operacionalmente mais organizadas, com capacidade de estocagem. Elas podem vender etanol só daqui alguns meses, quando a demanda estiver mais normalizada”, observou um analista que acompanha as companhias.

Houve, ainda, influência das especulações sobre a possibilidade de auxílio do governo. As chances de um apoio tributário, porém, naufragaram no último dia 7, quando o presidente Jair Bolsonaro declarou que não aumentaria a Cide sobre a gasolina. Mas as usinas seguem com a expectativa de criação de uma linha de financiamento de estoques de etanol.

Para as próximas semanas, porém, o receio é que a maximização da produção de açúcar em todo o Centro-Sul acabe transformando o déficit global do produto em superávit, o que pode pressionar ainda mais os preços, segundo relatório de ontem do BTG Pactual.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/05/2020

Seção: Finanças

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Usinas não conseguem financiar início de safra e falam em custos inviáveis

As usinas sucroalcooleiras que não estavam com posição confortável de liquidez antes da crise estão tendo dificuldades em acessar novos financiamentos neste início de safra, enquanto as mais capitalizadas chegaram a receber propostas de crédito do BNDES, mas a custos considerados inviáveis.

Na avaliação de fontes de mercado, a crise apenas agravou uma disparidade que já existe no setor, em que 30% têm melhores condições financeiras e acesso facilitado a crédito, enquanto os demais já enfrentam mais dificuldades após sucessivas crises no segmento. No início da crise, usinas representadas pela NovaBio, localizadas principalmente do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, reclamaram de “empçoamento de crédito” e, “nos casos raros de empréstimos, sem a mínima paridade com a queda da Selic, inclusive para riscos considerados muito adequados”.

Entre as usinas do Centro-Sul, “em geral, não estão [conseguindo financiamento]”, afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Por enquanto, o financiamento das operações da safra na região, que começou em abril, tem ocorrido com capital de giro próprio, decorrente das vendas enfraquecidas de etanol e de açúcar para os mercados interno e externo, disse.

A dificuldade de acesso a financiamentos novos, porém, deve tornar ainda mais difícil a vida das empresas que estavam em situação financeira intermediária e que no início do ano contavam com as perspectivas positivas para os mercados de açúcar e etanol para se reorganizar.

Entre as mais capitalizadas, o acesso a crédito existe, mas muitas vezes a custos mais elevados. No início da safra, o BNDES chegou a oferecer a um grupo seletivo de usinas R\$ 1 bilhão em novos financiamentos dentro das linhas já existentes, mas nenhuma companhia fechou contratação.

Entre três bancos privados consultados recentemente pelo **Valor**, apenas um, que preferiu não ser identificado, disse que houve aumento na concessão de novos empréstimos a usinas neste início de safra, em abril, com taxas “dentro da média dos últimos dois anos” e com critérios de seletividade anteriores à crise.

O setor acompanha agora as discussões que o Ministério da Agricultura está capitaneando em Brasília para que o Banco do Brasil crie uma linha de financiamento de capital de giro, amparada pela emenda constitucional que criou o Orçamento de Guerra, que permite compra de títulos privados pelo Banco Central.

A proposta é que a linha seja vinculada aos estoques, em que as usinas ofereceriam como garantia o próprio etanol, através do título CDA/WA. Quando pediram a criação de uma linha de financiamento de estoques, as usinas propuseram custo de R\$ 1,50 por litro tanto para o etanol anidro como hidratado. “Quando pedimos esse financiamento, é porque acreditamos que lá na frente o produto vai ter remuneração que vai pagar o custo do financiamento e da certificadora [de garantia]”, disse Padua.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/05/2020

Seção: Economia

Autor: Por Mariana Durão / RIO Denise Luna

Título: Fundo da Noruega exclui Vale e Eletrobrás da carteira

Com US\$ 1 trilhão em ativos, maior fundo mundial alega que empresas contribuem para danos ambientais e violação dos direitos humanos

O fundo soberano da Noruega, o maior do mundo, com US\$ 1 trilhão em ativos, decidiu excluir a Vale e a Eletrobrás de sua carteira de investimentos. A decisão do conselho executivo do Norges Bank, o banco central norueguês, gestor do fundo, levou em conta o risco de que as companhias contribuam para danos ambientais e violações aos direitos humanos. Em comunicado divulgado ontem, o Norges Bank justifica a exclusão da Eletrobrás por um “risco inaceitável” da companhia do setor elétrico contribuir para sérias e sistemáticas violações de direitos humanos. O comunicado menciona especificamente problemas no desenvolvimento da usina de Belo Monte.

Já a exclusão da Vale foi recomendada pelo conselho de ética do fundo, em função dos repetidos rompimentos de barragens da mineradora no Brasil. O desastre com a barragem em Brumadinho, Minas, em janeiro de 2019, deixou 270 mortos. A tragédia ocorreu pouco mais de três anos após a ruptura da barragem da Samarco, empresa em que a Vale é sócia da BHP Billiton. Recorrente. A mineradora brasileira já enfrentou a reação de outros investidores pelo mesmo motivo. O britânico Church of England se desfez das ações da mineradora após Brumadinho, o megafundo de pensão californiano Calpers, com portfólio de US\$ 402 bilhões, vendeu todos os bonds (títulos de dívida) da companhia e a gestora holandesa Robeco pôs a Vale em uma lista de empresas com restrições de investimento.

O anúncio do Norske Bank ocorre no mesmo dia em que a Vale comunicou ao mercado que planeja investir US\$ 2 bilhões em projetos de energia renovável para reduzir em 33% as emissões, diretas e indiretas, de CO₂ até 2030. A mineradora espera se tornar uma empresa zero emissões líquidas até 2050. O outro lado. Procurada, a Vale não quis comentar. Já a Eletrobrás contestou a retirada da empresa do fundo soberano da Noruega. A estatal afirmou em nota que respondeu a todos os questionamentos feitos pelo fundo, e que “sempre se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas apresentadas”.

De acordo com a Eletrobrás, “a empresa tem tomado importantes passos estratégicos para fortalecer ainda mais seus compromissos e práticas de direitos humanos”. Ainda segundo a estatal, “o trabalho sobre direitos humanos está estruturado e passa por ajustes e melhorias continuamente”, afirmou em nota, informando também que seu Departamento Financeiro já está preparando uma resposta sobre o tema.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 14/05/2020****Seção: Poder****Autor: Matheus Teixeira e Mônica Bergamo****Título: Exames entregues por Bolsonaro dão resultado negativo para coronavírus**

Governo diz que pseudônimos foram usados em laudos para preservação de imagem e privacidade

BRASÍLIA E SÃO PAULO- O presidente Jair Bolsonaro teve três resultados negativos em exames para o novo coronavírus, segundo laudos entregues pela AGU (Advocacia-Geral da União) à Justiça.

Os resultados negativos indicam os nomes de Aírton Guedes, Rafael Ferraz e, no terceiro, “Paciente 05”. Nesse último, diferentemente dos demais, não aparece nenhum dado pessoal de Bolsonaro.

Nos outros dois, o presidente, no entanto, manteve sua identificação assegurada ao informar ao laboratório seus documentos pessoais de forma correta, como o RG e o CPF, além da data de nascimento, o que tornaria inequívoco que os exames são de fato dele.

Ao STF (Supremo Tribunal Federal), a AGU justificou que o governo adotou “medidas de segurança em relação aos exames, com o intuito de preservação da imagem e privacidade do presidente da República”.

A decisão de usar os pseudônimos, segundo documentos enviados ao Supremo, foi tomada consensualmente entre o Hospital das Forças Armadas — parceiro dos laboratórios — e a Presidência.

Os testes foram realizados nos dias 12, 17 e 18 de março e entregues, na terça-feira (12), ao ministro Ricardo Lewandowski, do STF, relator da ação em que o jornal O Estado de S. Paulo pedia para o magistrado obrigar o presidente a divulgar os exames.

O ministro do STF determinou nesta quarta-feira (13) a juntada dos laudos ao processo e declarou a ação prejudicada por ter perdido o objeto após a entrega dos exames pela AGU.

“De toda a sorte, a União, ao submeter os laudos dos exames a que se sujeitou o Presidente da República, para a eventual detecção da Covid-19, acabou por atender o pleito que a reclamante formulou no bojo da mencionada Ação Ordinária ainda em tramitação na primeira instância, dando, assim, integral

cumprimento à tutela antecipada concedida pelo juízo de origem”, afirmou Lewandowski.

Em primeira instância, a juíza federal Ana Lúcia Petri Betto, da 14a Vara Cível Federal de São Paulo, havia determinado que o governo fornecesse os laudos médicos feitos pelo presidente para a detecção da Covid-19.

A AGU, então, entregou relatórios médicos, não os laudos dos exames.

A magistrada considerou que a entrega dos relatórios “não atendia de forma integral à determinação judicial” que deu acesso ao jornal os laudos dos exames do presidente para a Covid-19.

A AGU recorreu ao TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3a Região) e não conseguiu rever a decisão. “Apenas os próprios exames laboratoriais poderão propiciar à sociedade total esclarecimento”, afirmou o juiz federal do TRF-3 André Nabarrete.

O órgão que faz a defesa judicial do governo alegou que a determinação violava a “intimidade da vida privada” do presidente.

Bolsonaro já afirmou diversas vezes que não contraiu a doença, mas se negava a apresentar o resultado dos exames.

No STJ (Superior Tribunal de Justiça), porém, o presidente da corte, ministro João Otávio de Noronha, permitiu que Bolsonaro não entregasse o resultados dos testes que fez.

“Agente público ou não, a todo e qualquer indivíduo garante-se a proteção à sua intimidade e privacidade, direitos civis sem os quais não haveria estrutura mínima sobre a qual se fundar o Estado Democrático de Direito”, argumentou Otávio de Noronha em sua decisão.

No último dia 30, Bolsonaro voltou a declarar que talvez tenha sido contaminado pelo novo coronavírus no passado e não tenha sentido sintomas da doença.

“Eu talvez já tenha pegado esse vírus no passado, talvez, e nem senti”, disse em entrevista à rádio Guaíba.

Na mesma entrevista, Bolsonaro afirmou não estar acometido pelo vírus, mas argumentou que os testes pertencem à sua intimidade.

“Eu já falei que não estou acometido. Em dois exames que fiz, por livre e espontânea vontade, isso pertence à minha intimidade. Agora, mandei recorrer

[da decisão judicial]. Por quê? Porque pertence à minha intimidade. É um direito que eu tenho como presidente da República e [um direito] do cidadão também na ponta da linha”, afirmou Bolsonaro.

“Então não cabe à Justiça se intrometer nessa questão, até porque a lei está ali. Agora, não tenho problema: se no final da linha a Justiça decidir eu vou apresentar”, acrescentou.

No dia 20 de março, Bolsonaro deu uma declaração semelhante. “Aqui em casa, toda a família deu negativo. Tal-vez, eu tenha sido infectado lá atrás e nem fiquei sabendo. Talvez, e estou com anticorpo.”

O presidente realizou exames para a doença depois que vários de assessores que participaram com ele de viagem aos Estados Unidos no início de março testaram positivo para o novo coronavírus.

O primeiro caso no Palácio do Planalto foi o do chefe da Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social), Fabio Wajngarten, diagnosticado com o vírus logo após o retorno da comitiva presidencial.

Entre membros da comitiva oficial e pessoas que estiveram com Bolsonaro durante a viagem, ao menos 25 pessoas contraíram a doença.

Entre eles, o senador Nelsinho Trad (PSD-MS); o diplomata Nestor Forster, indicado para o cargo de embaixador do Brasil em Washington; a advogada Karina Kufa, tesoureira do Aliança pelo Brasil; o número 2 da Secom, Samy Liberman; o chefe de cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, Alan Coelho de Séllos; e o presidente da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações), Sergio Segovia.

Dois ministros do governo contraíram o novo coronavírus: o general Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**.

O mais recente membro do alto escalão do governo a contrair a Covid-19 foi o porta-voz da Presidência da República, general Otávio Rêgo Barros.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/05/2020

Seção: Economia

Autor: GABRIEL MARTINS

Título: Com crise política ainda no radar, dólar renova recorde: R\$ 5,90

No ano, divisa acumula valorização de 47%. Bolsa fecha em queda de 0,13%, influenciada também por cenário externo

O dólar comercial renovou ontem sua máxima histórica, ainda refletindo a crise política em torno do vídeo da reunião ministerial na qual o presidente Jair Bolsonaro teria pedido a troca no comando da Polícia Federal do Rio. Apesar de ter aberto em queda, a moeda americana encerrou com valorização de 0,54%, a R\$ 5,90, o maior valor nominal de fechamento já registrado. Na máxima do dia, a divisa chegou a R\$ 5,944, também recorde. No ano, o dólar acumula alta de 47,1%.

— Esse clima de apreensão faz com que notícias ainda nem confirmadas ganhem mais repercussão — disse Fabrizio Velloni, chefe da mesa de câmbio da Frente Corretora.

— Ainda não há divulgação de trechos do vídeo, mas os rumores sobre a reunião têm pressionado o câmbio.

O Banco Central fez dois leilões de 10 mil contratos de swap cambial (operação que equivale à venda de dólar no mercado futuro) cada. O primeiro, por volta das 11h30m, e o segundo, às 16h30m, no total de US\$ 1 bilhão.

Rachel de Sá, economista da XP Investimentos, ressalta que o dólar vinha subindo desde o ano passado, devido aos cortes na taxa básica de juros (Selic, hoje em 3% ao ano), que afastaram o capital especulativo do Brasil. Mas também atribui a forte alta dos últimos dias à crise política:

— No fim do ano passado estimava-se um dólar na faixa de R\$ 4,90, por conta de fatores estruturais. Mas no início deste ano, com a pandemia do novo coronavírus, e as atuais incertezas sobre o cenário político, o dólar chega perto dos R\$ 6. O mercado fica muito incomodado com a falta de previsibilidade quanto à governança do país.

EUA: SEM JURO ZERO

O Dollar Index, da Bloomberg, que avalia a divisa frente a uma cesta de dez moedas, avançou 0,31%.

Já o Ibovespa, principal índice da B3, recuou 0,13%, aos 77.772 pontos, acompanhando a queda em Nova York, puxada pelas declarações do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Jerome Powell. Ele descartou adotar juros negativos e pediu mais estímulos fiscais, alertando que o crescimento econômico ficará fraco por bastante tempo. O Dow Jones perdeu 2,17%, e o S&P 500 caiu 1,75%.

O setor bancário, com forte peso no Ibovespa, fechou em queda. As ações ordinárias (ON, com voto) do Banco do Brasil caíram 2,89%, a R\$ 25,55. As preferenciais (PN, sem voto) de Bradesco e Itaú perderam, respectivamente, 0,88% e 0,05%.

A Petrobras registrou queda de 3,92%, a R\$ 18,13 (ON), e 3,03%, a R\$ 18,05 (PN). O barril do petróleo tipo Brent teve desvalorização de 2,64%, a US\$ 29,19.

A mineradora Vale, por sua vez, subiu 2,28%, a R\$ 48,54. Outras exportadoras também fecharam com ganho: BRF (12,17%) e Klabin (7,64%).

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/05/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Fator Bolsonaro

O bancão UBS soltou um relatório dizendo que a interferência nos preços é o maior risco para a Petrobras, agora.

Argumenta que a estatal baixou os preços, mas que as distribuidoras e postos não repassaram para os consumidores e que Jair Sempre Ele Bolsonaro cobrou da estatal quando ela voltou a subir os preços.

Posto de gasolina

Uma grande operadora de cartões calcula que os postos de gasolina do Rio venderam em abril metade do que tinham negociado em março.

MME / ASCOM .